

1ª Reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Centro

Realizou-se no passado dia 22 de Dezembro a instalação e a primeira reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Centro da qual a CNA faz parte.

Este Conselho é um órgão consultivo da Administração da Região Hidrográfica do Centro, competindo-lhe pronunciar, entre outras coisas, sobre a elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica, sobre a proposta de aplicação da taxa de recursos hídricos e sobre o Plano e Relatórios de Actividades da ARH do Centro.

Da ordem de trabalhos desta primeira reunião esteve em discussão o regulamento do Conselho, o Plano de Actividades e a criação de Conselhos Consultivos de âmbito sub-regional, entre outros.

Entretanto, a CNA enviou para a ARH os seus contributos para a elaboração do Plano de Actividades, onde salienta a importância de se concluírem alguns projectos à muito iniciados, com é o caso do Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego e do Dique do Baixo Vouga e onde alerta para a necessidade de haver uma actuação da ARH sobre a extracção ilegal de inertes e erosão das margens dos rios

A representar a CNA nesta reunião esteve José Miguel Pacheco.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia, CPE (BRUXELAS)

Ao c/ da Presidente da ARH Centro

Coimbra, 20 de Janeiro de 2009

Assunto: Bases para a elaboração do Plano de Actividades da ARH Centro.

Exma. Presidente da ARH Centro:

Na primeira reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Centro, ficou acordado o envio de contributos por parte dos membros do Conselho para a elaboração do Plano de Actividades da ARH Centro.

Assim sendo e depois de analisado o documento base disponibilizado, consideramos que neste Plano de Actividades, que deverá orientar os três primeiros anos de actividade da ARH, deverão ser consideradas as seguintes questões:

Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego

A não conclusão do Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego que tem cerca de 30 anos, para além de colocar em causa as potencialidades da agricultura do Baixo Mondego, coloca também em causa a segurança de quem lá vive.

Desde 2001, nas últimas grandes cheias que afectaram esta região, que se percebeu que as consequências teriam sido mínimas se o projecto hidroagrícola tivesse sido terminado e se a manutenção do mesmo existisse. Tendo-se iniciado um novo Quadro Comunitário de Apoio, seria legítimo esperar que fosse nestes sete anos, que esta obra pudesse vir a ser concluída. Mas a verdade é que, consultando o Programa de Desenvolvimento Rural, esta obra não se encontra lá prevista, ao contrário de outras infra-estruturas de regadio.

O mesmo acontece nos sucessivos Orçamentos de Estado, nomeadamente no Orçamento de Estado para 2009, o que contraria as sucessivas promessas dos actuais governantes.

A CNA considera que, por uma questão de boa gestão do dinheiro público, deveria, antes de serem iniciados outros projectos de regadios no País, dar-

se prioridade a terminar projectos como o do Baixo Mondego, que se arrasta há quase trinta anos, potencializando-se assim os investimentos públicos que até aqui já foram feitos.

Por estas razões, consideramos que esta é uma questão que deverá fazer parte das orientações estratégicas da ARH do Centro, bem como do conjunto de acções e medidas previstas no Plano de Actividades para os próximos três anos.

Dique do Baixo Vouga

Outra obra a necessitar de conclusão, antes que sejam iniciados novos projectos, é o dique do Baixo Vouga que visa impedir a invasão dos terrenos agrícolas desta região pela água salgada.

Trata-se mais uma vez de rentabilizar investimentos públicos já efectuados em obras que nunca foram concluídas e dum objectivo que deve estar nos planos da ARH para os próximos anos.

Extracção ilegal de inertes

Continuam a ser denunciadas inúmeras situações de extracções ilegais de inertes na zona centro. Sendo estas situações facilmente detectáveis, nada justifica que não haja uma actuação por parte das autoridades.

Erosão das margens dos rios

Considera a CNA que a ARH deverá ter um plano de actuação para intervir contra a erosão dos solos, nomeadamente das margens, principalmente face a situações excepcionais como foi o caso dos incêndios de 2003 e 2005 que deixaram o solo de bastas áreas completamente desprotegido, levando a que toneladas de sedimentos fossem arrastados para os diversos recursos hídricos, o que inevitavelmente trouxe consequências para a qualidade dessas massas de água e prejuízos com o assoreamento dos leitos.

Certos da vossa atenção para as questões levantadas.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção Nacional da CNA

(Isménio de Oliveira)